

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. A política de investimentos adotada pela Richard Saigh que, no período 2009-2014, destinou o montante total de R\$ 24.719.377,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e setenta e sete Reais) em benefício da Companhia, e vem repercutindo diretamente em nossos resultados. O cumprimento de nosso estatuto social tem possibilitado, além da prudente recomposição do caixa para o autofinanciamento de nossas atividades, a manutenção de nossos investimentos, permitindo, por conseguinte, transformar a Companhia em uma empresa competitiva em seu mercado de atuação. Após a criação das reservas conduzimos a Companhia de forma prudente e dotamos nossa empresa das ferramentas necessárias para o seu crescimento e perpetuidade.

Perspectivas 2015

5. O cenário macroeconômico para 2015 aponta para a necessidade de extrema cautela, considerando as inúmeras incertezas que poderão surgir no plano político e econômico em âmbito nacional e internacional. Assim como em exercícios anteriores buscamos manter a estratégia de rígido controle de caixa e despesas e dotar a Companhia dos instrumentos

necessários para seu autofinanciamento e manutenção de capital de giro. 6. O contínuo monitoramento dos mercados nos exercícios anteriores, com destaque para o câmbio e matéria-prima, tem propiciado à Companhia se manter firme no crescimento e manutenção de suas atividades empresariais. Buscaremos em 2015 intensificar o desenvolvimento de novos produtos, resultado de nossas pesquisas que nos permitem melhor identificar a matéria-prima de produção nacional a fim de diminuir a necessidade do trigo importado.

As pessoas e a organização

7. A Companhia encerrou o exercício de 2014 com 161 colaboradores. A nossa política de benefícios envolve participações nos lucros, assistência médica, vale-alimentação e vale-transporte, além de incentivos para treinamento e atualização profissional. No exercício de 2014 foram investidos R\$ 2.334.707,92 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e sete Reais e noventa e dois centavos) em saúde, alimentação, transporte, segurança, capacitação e outros benefícios voltados aos seus colaboradores.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais, sem centavos)

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Receita operacional líquida	16	197.639.525	176.154.170
Custo dos produtos vendidos	18	(152.356.647)	(131.409.620)
Lucro bruto	45.282.878	44.744.556	
(Despesas) receitas operacionais Com vendas	18	(17.613.863)	(14.833.012)
Administrativas e gerais	18	(10.577.572)	(9.019.796)
Resultado financeiro líquido	17	1.572.835	723.191
Receitas com venda de imobilizado		-	2.754
Outras receitas (despesas) operacionais		34.653	2.577.185
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.518.931	24.194.878	
Imposto de renda	12	(4.621.136)	(6.069.671)
Contribuição social	12	(1.676.836)	(2.193.722)
Lucro líquido do exercício	12.220.959	15.931.485	
Lucro líquido por lote de mil ações do capital final	555,50	724,16	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais, sem centavos)

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Lucro líquido do exercício	12.220.959	15.931.485	
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	12.220.959	15.931.485	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	Reservas		
	Legal	Para pesquisa e desenvolvimento	Para investimentos
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.331.018	2.142.039	27.846.517
Aumento do capital social	-	-	(16.842.203)
Participação da diretoria nos lucros de 2012	-	-	(1.302.268)
Lucro líquido do exercício	-	-	15.931.485
Proposta para destinação do lucro líquido Reserva legal	-	796.574	-
Dividendos	-	-	(796.574)
Participação da diretoria	-	-	(1.593.149)
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento	-	796.574	-
Constituição de reserva de investimento	-	-	8.762.317
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.127.592	2.938.613	18.464.363
Aumento do capital social	-	-	(4.744.405)
Lucro líquido do exercício	-	-	12.220.959
Proposta para destinação do lucro líquido Reserva legal	-	611.048	-
Dividendos	-	-	(3.055.240)
Participação da diretoria	-	-	(1.222.096)
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento	-	611.048	-
Constituição de reserva de investimento	-	-	6.721.528
Saldos em 31 de dezembro de 2014	43.586.608	3.738.640	3.549.661

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais, sem centavos)

	Reservas		
	Legal	Para pesquisa e desenvolvimento	Para investimentos
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.331.018	2.142.039	27.846.517
Aumento do capital social	-	-	(16.842.203)
Participação da diretoria nos lucros de 2012	-	-	(1.302.268)
Lucro líquido do exercício	-	-	15.931.485
Proposta para destinação do lucro líquido Reserva legal	-	796.574	-
Dividendos	-	-	(796.574)
Participação da diretoria	-	-	(1.593.149)
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento	-	796.574	-
Constituição de reserva de investimento	-	-	8.762.317
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.127.592	2.938.613	18.464.363
Aumento do capital social	-	-	(4.744.405)
Lucro líquido do exercício	-	-	12.220.959
Proposta para destinação do lucro líquido Reserva legal	-	611.048	-
Dividendos	-	-	(3.055.240)
Participação da diretoria	-	-	(1.222.096)
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento	-	611.048	-
Constituição de reserva de investimento	-	-	6.721.528
Saldos em 31 de dezembro de 2014	43.586.608	3.738.640	3.549.661

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. **Contexto operacional:** As atividades da Companhia compreendem, basicamente, a moagem de trigo e a comercialização de seus derivados. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 03 de março de 2015. 2. **Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. 2.1. **Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicáveis às demonstrações contábeis:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014: IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros; em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgação destas demonstrações contábeis. IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgação destas demonstrações contábeis. IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgação destas demonstrações contábeis. 2.2. **Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC: IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras" - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis. IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis. IAS 16 e IAS 38 - "Eslarecimentos sobre Métodos Acumuláveis de Depreciação e Amortização", em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil-econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis. Melhoría anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis. 2.3. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: • Contingências; • Investimentos; • Reavaliações do ativo imobilizado. A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sob premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativas foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a: • Provisão Estimada para Créditos de

Liquidação Duvidosa (PECLD) (Nota Explicativa nº 5); • Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14). No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos citados não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. 3. **Descrição das principais práticas contábeis:** 3.1. **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. 3.2. **Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem certos créditos a receber e o valor residual do ativo imobilizado e intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisos inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. 3.3. **Ativos circulante e não circulante:** 3.3.1. **Aplicações financeiras:** Registradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço que não supera o valor de mercado. 3.3.2. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. Tal taxa é compatível com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2014 correspondia a 2% ao mês (31 de dezembro de 2013 2% ao mês). 3.3.3. **Estoques:** Valorizados ao custo médio de aquisição ou produção que não excede o valor de mercado. 3.3.4. **Investimentos:** Colas escriturais do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), avaliados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzidos de provisão para desvalorização. 3.3.5. **Imobilizado e intangível:** Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995 ou, quando aplicável, ao valor reavaliado as depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. 3.3.6. **Demais ativos circulantes:** São apresentados pelo valor líquido de recuperação. 3.4. **Passivos circulante e não circulante:** 3.4.1. **Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou a constitui como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. 3.4.2. **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram calculados de acordo com a legislação fiscal vigente. 3.4.3. **Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, atualizados à taxa de juros ou variação cambial nos termos dos contratos vigentes, de modo a refletir os encargos incorridos até a data do balanço.

4. **Caixa e equivalentes de caixa:**

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Caixas e bancos	510.973	217.802	
Aplicações financeiras	25.679.287	20.708.585	
	26.190.260	20.926.387	

Estão substancialmente compostas por aplicações em fundo de renda fixa de curto prazo, com tendência da variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI).

5. **Contas a receber de clientes:**

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Duplicatas a receber	17.109.964	15.178.850	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.517.384)	(1.308.315)	
	15.592.580	13.870.535	

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada com base na análise individual de riscos dos créditos que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos.

6. **Adiantamentos:**

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Adiantamento a fornecedores	-	1.365.908	
Antecipação de férias	25.384	19.015	
	25.384	1.384.923	

7. **Estoques:**

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Produtos acabados	744.899	624.614	
Matérias-primas	8.440.098	4.713.099	
Matérias-primas em poder de terceiros	1.498.823	3.690.399	
Materiais de embalagens	327.289	269.980	
Almoxarifado	432.971	432.841	
	11.444.080	9.730.861	

8. **Investimentos:**

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Incentivos fiscais	939.165	939.165	
Provisão para desvalorização de investimentos	(937.794)	(938.068)	
	1.371	1.097	

9. **Imobilizado e intangível:** A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Descrição	% Taxa de depreciação	2014	2013
Edifícios e construções	4	19.186.763	19.112.313
Instalações e benfeitorias	10	1.246.156	770.739
Máquinas e equipamentos	10	32.228.727	30.546.212
Ferramentas	10	18.617	10.187
Móveis e utensílios	10	493.331	432.308
Veículos	20	201.081	117.124
Equipamentos de informática	20	2.533.263	2.532.957
Terrenos	-	84.623	84.623
Registros e marcas	-	6.146	6.146
Lei nº 8.200 IPC-90	-	823.984	831.889
Adiantamento a fornecedores	-	28.500	-
		56.822.691	54.474.289
(-) Depreciação acumulada		(28.792.703)	(25.263.433)
Imobilizado líquido		28.029.988	29.210.856
Intangível		2014	2013
Software		595.081	595.081
(-) Depreciação acumulada		(595.081)	(593.467)
		-	1.614
		31/12/13	Adições
		Baixas	31/12/14
		2014	2013
Edifícios e construções	18.856.185	74.450	-
Instalações e benfeitorias	1.026.867	475.418	-
Máquinas e equipamentos	30.546.212	1.959.939	(277.423)
Ferramentas	11.478	7.138	-
Móveis e utensílios	432.308	68.575	(7.553)
Veículos	117.124	83.957	-
Equipamentos de informática	2.532.957	4.285	(3.979)
Terrenos	84.623	4.285	-
Registros e marcas	6.146	-	-
Lei nº 8.200 IPC-90	831.889	-	(7.905)
Adiantamento a fornecedores	28.500	459.007	(487.507)
	54.474.289	3.132.769	(784.367)
		56.822.691	56.822.691

Em janeiro de 1998 e agosto de 1999, a Companhia procedeu com base no artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e amparada por laudo de avaliação elaborado por peritos, a reavaliação de seu parque industrial e outros imóveis. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de reavaliação deduzido da depreciação é de R\$ 4.441.786 (R\$ 4.711.391 em 2012). Seguindo faculdade prevista no CPC 13, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2008, a Companhia optou por manter a referida reavaliação até a sua efetiva realização. Desta forma, o valor dos ativos reavaliados passa a ser considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e determinação do valor recuperável.

10. **Fornecedores:**

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Matéria-prima	989.779	1.890.785	
Outros	1.401.550	961.285	
	2.391.329	2.852.070	

11. **Partes relacionadas:**

	Nota explicativa		
	2014	2013	
Passivo não circulante - contas a pagar à acionista Euro Bristol S/A	2.215.404	2.168.737	
	2.215.404	2.168.737	

Juros sobre Contrato de Mútuo

As contas a pagar à acionista Euro Bristol S/A tem como origem os dividendos distribuídos em exercícios anteriores e foi constituído visando preservar o capital de giro da Companhia. Nos exercícios de